**Projeto de Lei n. 2577 de 31 de outubro de 2019.**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ-RS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R$ 52.173.384,00(cinquenta e dois milhões cento e setenta e três mil e trezentos e oitenta e quatro reais).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **RECURSOS**  **LIVRES** | **RECURSOS**  **VINCULADOS** | **TOTAL** |
| **1 – RECEITAS CORRENTES** | **21.135.349,20** | **29.889.707,45** | **51.025.056,65** |
| Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria | 2.467.210,00 | 1.727.190,00 | 4.194.400,00 |
| Receita de Contribuições | 370.000,00 | 1.359.000,00 | 1.729.000,00 |
| Receita Patrimonial | 26.240,45 | 4.783.891,86 | 4.810.132,31 |
| Receita Agropecuária |  |  |  |
| Receita Industrial |  |  |  |
| Receita de Serviços |  |  |  |
| Transferências Correntes | 18.237.198,75 | 22.019.625,59 | 40.256.824,34 |
| Outras Receitas Correntes | 34.700,00 |  | 34.700,00 |
| **2 – RECEITAS DE CAPITAL** |  | **1.454.223,50** | **1.454.223,50** |
| Operações de Crédito Internas |  |  |  |
| Operações de Crédito Externas |  |  |  |
| Transferências de Capital |  | 1.454.223,50 | 1.454.223,50 |
| Alienação de Bens |  |  |  |
| Outras Receitas de Capital |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **7 – RECEITAS CORRENTES**  **INTRAORÇAMENTÁRIAS** |  | **4.862.000,00** | **4.862.000,00** |
| Receita de Contribuições – Intraorç. |  | 2.340.000,00 | 2.340.000,00 |
| Receita Parimonial – Intraorç. |  |  |  |
| Outras Receitas Correntes – Intraorç. |  | 2.522.000,00 | 2.522.000,00 |
|  |  |  |  |
| **8 – RECEITAS DE CAPITAL**  **INTRAORÇAMENTÁRIAS** |  |  |  |
| **Alienação de Bens – Intraorç.** |  |  |  |
| **Amortização de Empréstimos – Intraorç.** |  |  |  |
| Outras Receitas de Capital – Intraorç. |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **9 – DEDUÇÕES DA RECEITA** |  |  |  |
| **. . . .** | **- 44.801,12** | **-5.123.095,03** | **-5.167.896,15** |
| **TOTAL** | **21.090.548,08** | **31.082.835,92** | **52.173.384,00** |

##### Seção II

**Da Fixação da Despesa**

**Art. 4º** A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R$ 52.173.384,00 (cinquenta e dois milhões cento e setenta e três mil e trezentos e oitenta e quatro reais) sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R$ 28.098.374,30(vinte e oito milhões noventa e oito mil trezentos e setenta e quatro reais e trinta centavos);

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R$ 24.075.009,70(vinte e quatro milhões setenta e cinco mil nove reais e setenta centavos);

**Art. 5º** A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| GRUPO DE DESPESA | **RECURSOS**  **LIVRES** | **RECURSOS**  **VINCULADOS** | **TOTAL** |
| **3. DESPESAS CORRENTES** |  |  |  |
| 3.1 - Pessoal e Encargos Sociais | 10.921.450,30 | 13.606.119,00 | 24.527.569,30 |
| 3.1 - Pessoal e Encargos Social  Operações Intraorçamentárias |  | 5.171.000,00 | 5.171.000,00 |
| 3.2 - Juros e Encargos da Dívida | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| 3.3 - Outras Despesas Correntes | 5.654.600,00 | 7.310.980,70 | 12.965.580,70 |
| 3.3 - Outras Despesas Correntes  Operações Intraorçamentárias |  | 70.500,00 | 70.500,00 |
| **4. DESPESAS DE CAPITAL** |  |  |  |
| 4.1 – Investimentos | 323.500,00 | 1.704.734,00 | 2.028.234,00 |
| 4.1 – Investimentos –  Op.Intraorçamentárias |  |  |  |
| 4.2 - Inversões Financeiras |  |  |  |
| 4.2 – Inversões Financeiras –  Op.Intraorçamentárias. |  |  |  |
| 4.3 – Amortização da Dívida | 1.440.000,00 |  | 1.440.000,00 |
| 4.3 – Amortização da Dívida –  Op.Intraorçamentárias. |  |  |  |
| 9.9 - Reserva de Contingência | 180.000,00 |  | 180.000,00 |
| 9.9 – Reserva de Contingência do RPPS |  | 5.755.500,00 | 5.755.500,00 |
|  |  |  |  |
| TOTAL | 18.554.550,30 | 33.618.833,70 | 52.173.384,00 |

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art.38 da Lei Municipal nº 2.521/2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2020, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

**Seção III**

##### Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 15 % da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial ou total de suas dotações;

b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;

c) excesso de arrecadação e,

d) recursos vinculados a convênios e programas específicos.

.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 15 % de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que seja indicada, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

§ 1º As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

§ 2º Para fins da alínea b do inciso I do caput, também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, os recursos que forem gerados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

Art. 8º Excluem-se da base de cálculo, não onerando o limite autorizado no caput do artigo anterior, os Créditos Adicionais destinados a atender recursos para:

   I - insuficiências de dotações do Grupo de natureza das despesas 1, 2, e 3 - pessoal e Encargos Sociais, e despesas de custeio da manutenção dos trabalhos da administração municipal;  
   II - conservação e manutenção do patrimônio público;  
   III - pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros, e Encargos da dívida;  
   IV - despesas financiadas com recursos vinculados e contrapartidas obrigatórias, de convênios e programas específicos;  
   V - e quando destinar-se a adequar dotações do mesmo órgão, projeto, ou atividade.  
   VI - abertura de créditos Adicionais com saldo de recursos vinculados não utilizados no exercício anterior, até o limite do saldo bancário livre;  
   VII - suplementação de dotações destinadas à Educação, e a Saúde.

**CAPÍTULO III**

**DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica limitada aos efetivos recursos assegurados, as suas contrapartidas e suas receitas de rendimentos financeiros.

Art. 10º Obedecidas às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 11º O Prefeito, no âmbito do Poder executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 12° O poder executivo poderá efetuar alterações nos código e descrições das naturezas de receitas, despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Salto do Jacuí, 31 de outubro de 2019.**

**Claudiomiro Gamst Robinson**

**Prefeito Municipal**

***PROJETO DE LEI 2577/19*** *Salto do Jacuí, 31 de outubro de 2019.*

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo, que dispõe sobre a estimativa de Receita e a fixação da Despesa do Município para o próximo exercício financeiro, em cumprimento ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Orgânica Municipal.

O presente Projeto de Lei compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e foi elaborado de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101/00 e com a Lei Municipal nº 2.521 de 15 de outubro de 2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2020, incluindo a consonância com os seus anexos de Metas Fiscais e de Metas e Prioridades para o próximo exercício, observadas as diretrizes e os objetivos do governo constantes na Lei nº2. 341 de 31 de outubro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município.

O Projeto de Lei que ora apresento visa garantir a continuidade das ações constantes do programa de governo, através da execução de projetos prioritários que buscam atender de forma crescente as demandas mais urgentes da população e estimular o desenvolvimento social, cultural e econômico do Município.

Para viabilizar o cumprimento destas ações, uma política de alocação de recursos cada vez mais responsável, racional e eficiente, está evidenciada nos programas de trabalho, garantindo, além de uma melhor qualidade na oferta de serviços públicos municipais, a execução dos investimentos em andamento.

Além disso, a elaboração deste projeto de lei foi realizada em consonância com as perspectivas para o cenário macroeconômico, com o desempenho financeiro das contas públicas nos últimos exercícios, com a política econômica e social do Governo e a legislação vigente.

Isto posto, passamos a detalhar os principais aspectos relacionados com a situação econômico financeira do Município e com as previsões para o exercício de 2020.

**1. Da Situação Econômico-Financeira.**

**1.1 Resultado Orçamentário**

No último exercício encerrado, o Município apresentou o seguinte resultado orçamentário:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Receita Realizada** | **Programada no Período** | **Realizada no Período** | **%**  **Real / Progr.** |
| **(1) Receita Total** | **46.520.000,00** | **47.753.137,25** | **102,65** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Despesa Liquidada** | **Programada no Período** | **Realizada no Período** | **%**  **Real / Progr.** |
| **Despesas Correntes** | **39.866.747,94** | **39.058.570,17** | **97,97** |
| Pessoal e Encargos Sociais | **27.473,335,32** | **27.212.646,88** | **99,05** |
| Juros e Encargos da Dívida | **75.689,25** | **75.689,23** | **99,99** |
| Outras Despesas Correntes | **12.317.723,37** | **11.770.234,06** | **95,55** |
| **Despesas de Capital** | **3.935.717,51** | **2.743.047,93** | **69,69** |
| Investimentos | **2.305.068,67** | **1.112.399,09** | **48,25** |
| Inversões Financeiras |  |  |  |
| Amortização da Dívida | **1.630.648,84** | **1.630.648,84** | **100** |
| Outras Despesas de Capital | **-** | **-** |  |
| **Transferências ao R P P S** |  |  |  |
| **(2) Despesa Total** | **49.750.724,81** | **41.801.618,10** | **84,02** |
| **Resultado Orçamentário (1-2)** | **-3.230.724,81** | **5.951.519,15** |  |
| **Relação Despesa/Receita (2 / 1)** | **1,0694** | **0,8753** |  |

Já no exercício em curso até o mês de setembro, foi arrecadado o montante de R$ 38.071.313,89, tendo sido empenhado em despesas correntes o valor de R$ 31.702.255,63 e em despesas de capital o valor de R$ 2.458.060,85. Portanto, o resultado orçamentário acumulado em 2019, até o mês de setembro é de R$ 3.910.997,41.

**1.2 Dívidas Públicas**

Até o final do mês de setembro, o saldo Dívida Consolidada Líquida do Município foi de R$ 7.517.020,21, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado. Conforme demonstrado a seguir, verifica-se que a dívida consolidada líquida do Município apresenta um saldo inferioràquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma diminuição no nível de endividamento municipal.

**DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **Saldo em 31/12/2018** | **Saldo em**  **30/09/2019** |
|  |  |  |
| I – Dívida Consolidada ou Fundada | **11.332.034,46** | **10.194.313,45** |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | 382.879,51 | 82.942,98 |
| Fornecedores Financiados a Pagar |  |  |
| Parcelamento de Fornecedores a Pagar |  |  |
| Parcelamento de Precatórios |  |  |
| Demais Dívidas | 69.636,33 | 57.389,94 |
| II - ATIVO CIRCULANTE (+) ATIVO NÃO CIRCULANTE | **778.339,35** | **2.677.293,24** |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 2.399.879,12 | 2.775.886,70 |
| Demais Ativos Financeiros |  |  |
| III - Passivo Circulante (Obrigações Financeiras) |  |  |
| Restos a Pagar Processados | -1.621.539,77 | -134.593,46 |
| Contas do Exercício a Pagar |  |  |
| Depósitos e Consignações a Pagar |  | 36.000,00 |
| III - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL/Excluído o RPPS (III = I – II + 3) | **10.553.695,11** | **7.517.020,21** |

**1.3 – Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar**

Outro dado importante diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Desse modo, ao final do mês de setembro, o saldo acumulado de Restos a Pagar do Poder Executivo era de R$ 2.828.504,97. Já as disponibilidades do Executivo alcançaram R$ 2.775.886,70. A relação “Saldo de Caixa / Restos a Pagar”, para cada fonte de recursos pode ser visualizada no quadro a seguir:

**DEMONSTRAÇÃO DE RESTOS A PAGAR – SALDOS EM 30/09/2019.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Restos a Pagar Processados** | **Restos a Pagar Não Processados** | **Disp. Financeira** |
| Recursos Livres – Poder Executivo | 583.782,97 | 1.075.884,05 | 1.025.787,60 |
| Recursos da Educação (MDE) | 75.882,41 | 137.980,57 | 42.740,84 |
| Recursos da Educação (FUNDEB) | 36.667,93 | 4.320,30 | 62.829,85 |
| Recursos da Saúde (ASPS) | 88.252,47 | 83.987,45 | 1.416,64 |
| Recursos do R P P S |  | 10.581,32 | 54.435.773,55 |
| Outros . . . | 65.763,01 | 675.983,81 | 1.643.111,77 |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **T O T A I S --------------------------------- >** | **850.348,79** | **1.988.737,50** | **57.211.660,25** |

**2. Resumo da Política Econômica, Social e Financeira do Município.**

**2.1 Receitas**

Segundo detalhado no Anexo 2 do Projeto de Lei, o total líquido da receita para 2020 está estimado em R$ 53.173.384,00, incluídas as operações intraorçamentárias, e excluídas as deduções da receita. Tal montante, quando comparado com o orçamento atual (2019), que é de R$ 49.614.000,00, representa um aumento de R$ 3.559.384,00, ou seja, 7,17% a maior**.**

Adiante, são destacadas as principais origens da receita orçamentária.

**2.1.1 Receitas Tributárias**

A Receita Tributária estimada para o exercício de 2020 soma R$ 4.194.200,00 em valores brutos representando 8,03% do total previsto. Esta fonte representa as receitas próprias, composta dos tributos municipais.

O quadro abaixo demonstra resumidamente a composição da receita tributária e a sua comparação com os valores previstos para 2019 e 2020.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DISCRIMINAÇÃO** | **Previsão 2019** | **Previsão 2020** |
| **Impostos** |  |  |
| ITR(CONVÊNIO) | 377.906,28 | 300.000,00 |
| I P T U | 1.177.548,18 | 1.122.000,00 |
| I R R F | 971.733,14 | 1.028.000,00 |
| I T B I | 461.000,00 | 260.000,00 |
| I S S Q N | 1.500.571,39 | 1.128.000,00 |
| **Taxas** | **373.784,77** | **356.200,00** |
| Taxas de Insp, Controle e Fiscalização | 73.784,77 | 85.200,00 |
| Taxas p/ Prestação de Serviços | 340.675,69 | 271.000,00 |
| **Contribuição de Melhorias** |  |  |
| **Total das Receitas Tributárias** | **4.903.219,45** | **4.194.200,00** |

**2.1.2 Receita de Contribuições**

As receitas dessa origem foram estimadas em R$ 1.729.000,00, representando 3,31% do Orçamento e está assim composta:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DISCRIMINAÇÃO** | **Previsão 2019** | **Previsão 2020** |
| **Contribuições Sociais** |  |  |
| Contribuições Previdenciárias | 1.114.860,35 | 1.359.000,00 |
| Compensação Previdenciária |  |  |
| Outras Contribuições Sociais |  |  |
| **Contribuições Econômicas** |  |  |
| **Contribuição p/Custeio Ilum. Pública** | 357.072,77 | 370.000,00 |
| **Total das Receitas de Contribuições** | **1.471.933,12** | **1.729.000,00** |

**2.1.3 Receita Patrimonial**

Esta fonte de Receita estima para o próximo exercício um montante de R$ 4.793.132,31, ou seja, 9,18% do total da receita prevista.

Tem como principal origem os rendimentos das aplicações financeiras.

**2.1.4 Transferências Correntes**

Conforme se visualiza no quadro abaixo, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cuja previsão total é de R$ 11.366.699,00, correspondendo a 21,78% do total da receita do Município.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores a serem transferidos ao Município, foram estimados em R$ 13.387.026,00, ou seja, 25,65% do total da receita esperada.

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DISCRIMINAÇÃO** | **Previsão 2019** | **Previsão 2020** |
| **Transferências da União** | **14.414.885,36** | **18.214.371,68** |
| Cota parte do F P M | 10.799.357,34 | 11.366.699,00 |
| Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525) | 163.147,45 | 168.000,00 |
| Transf. Rec.do SUS –Repasses Fundo a fundo | 1.864.351,37 | 1.812.088,44 |
| Transferências do F N A S | 192.346,44 | 334.493,64 |
| Transferências do F N D E | 653.832,90 | 663.090,60 |
| Transferências de Convênios |  |  |
| Outras Transferências da União | 3.615.528,02 | 3.870.000,00 |
| **Transferências do Estado** | **15.018.945,48** | **15.997.464,93** |
| Cota Parte do I C M S | 12.681.929,00 | 13.387.026,00 |
| Cota Parte do I P V A | 1.089.417,50 | 1.130.000,00 |
| Cota Parte do IPI / Exportação | 241.907,00 | 233.000,00 |
| Cota parte da C I D E | 14.404,72 | 14.900,00 |
| Transf. Do Fundo Est. Saúde (FES) | 676.041,79 | 974.873,99 |
| Transf. Fundo Est. Ass. Social(FEAS) | 8.904,45 | 11.012,27 |
| Transferências de Convênios | 243.587,19 | 238.652,67 |
| Outras Transferências do Estado | 62.753,83 | 8.000,00 |

**2.1.5 FUNDEB**

O quadro a seguir evidencia a previsão da arrecadação e dos valores a serem transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que, para 2020, a previsão é que o Município receba do referido fundo, em razão do nº de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de R$ 6.056.000,00.

**TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DISCRIMINAÇÃO** | **Previsão 2019** | **Previsão 2020** |
| Valores Recebidos do FUNDEB | **5.858.663,85** | **6.056.000,00** |

**2.1.6 Outras Receitas Correntes**

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2020 R$ 34.700,00, representando 0,06% do orçamento, conforme abaixo detalhado.

**2.1.7 Receitas de Capital**

O montante total estimado para as Receitas de Capital é de R$ 1.454.223,50, que representa 2,78% do total da receita do Município.

**RECEITAS DE CAPITAL**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DISCRIMINAÇÃO** | **Previsão 2019** | **Previsão 2020** |
| **Receitas de Capital** | 651.607,50 | 1.454.223,50 |
| Operações de Crédito |  |  |
| Alienação de Bens |  |  |
| Amortização de Empréstimos |  |  |
| Transferências de Capital | 651.607,50 | 1.454.223,50 |
| Outras Receitas de Capital |  |  |
| **Total das Receitas de Capital** | **651.607,50** | **1.454.223,50** |

**2.2 Despesas**

Conforme detalhado nos anexos que compõem o Projeto de Lei, o Orçamento fiscal e da Seguridade Social do Município foram elaborados segundo as regras estabelecidas na Lei Orgânica do Município, Lei Federal Nº 4.320/64, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, atingindo um montante total a R$ 53.173.384,00, sendo R$ 28.098.374,30 correspondente ao Orçamento Fiscal e R$ 24.075.009,70 correspondente ao Orçamento da Seguridade Social.

**2.2.1 Saúde**

Na área da saúde foi alocado um total de R$ 11.284.659,70, o que representa 21,62% do total da despesa programada e 28,87% da Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto a preocupação da Administração Municipal em cumprir o mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

**2.2.2 Educação**

Na área educacional, foram alocados recursos que totalizam R$ 8.462.400,00, os quais superam o limite de 25,00% determinado pelo Mandamento Constitucional.

**2.2.3 Assistência Social**

Na área da Assistência Social foram alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, cujo montante foi fixado em R$ 1.580.150,00, representando, portanto, 3.02% do orçamento. Na secretaria foi alocado o valor de R$ 213.200,00 para manutenção de outras atividades: manutenção do Conselho Tutelar, manutenção do cemitério, serviços de assistência ao idoso.

**2.2.4 Câmara Municipal**

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R$ 2.179.650,00 representando 4,18% do total da despesa do Município e se destinam basicamente às despesas de manutenção do Legislativo Municipal para desempenho de suas funções de legislar e fiscalizar.

**2.2.5 Gabinete do Prefeito**

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária, que agrega os setores de Defesa Civil e Controle Interno, somam R$ 783.600,00 representando 1,50% do Orçamento.

**2.2.6 Secretaria de Administração**

Os recursos alocados nestas duas Unidades Orçamentárias somam R$ 3.203.600,30, sendo R$ 1.819.100,00 na Secretaria de Administração e R$ 1.384.500,30 na secretaria da Fazenda. Os recursos alocados serão utilizados no atendimento das despesas com manutenção dos serviços gerenciais de recursos humanos, patrimônio público, controle dos cadastros imobiliário e econômico, arrecadação, pagamentos e registros contábeis.

**2.2.7 Secretaria de Obras e Trânsito**

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R$ 4.383.950,00, representando 8,40% do total da despesa orçada para 2020. Os principais gastos previstos se destinam a manutenção das atividades da Secretaria de obras e trânsito (R$ 2.044.500,00), manutenção da limpeza pública, estação de tratamento de esgoto e usina de reciclagem (R$ 1.229.500,00), manutenção da frota municipal (R$ 421.000,00), conservação e manutenção da iluminação pública (R$ 378.500,00), manutenção e conservação das estradas municipais do interior (R$ 182.950,00).

**2.2.8 Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo**

Nestas unidades orçamentárias foram alocados recursos totais de R$ 1.110.000,00, o que representa 2,13 % do total da despesa do Município. As principais ações orçamentárias se destinam às despesas com manutenção da assistência a agricultura familiar (R$ 165.000,00), manutenção do parque de exposições (R$ 101.500,00) e manutenção dos eventos do município (R$ 66.000,00).

**2.2.9 Pagamento de Sentenças Judiciais, Amortização e Encargos das Dívidas Internas.**

Visando atender mandamento constitucional, e tendo em vista o trânsito em julgado de sentenças judiciais contra o Município, tornou-se obrigatória a inclusão no orçamento do montante de R$ 450.000,00 para o pagamento, em 2020, de precatórios e requisições de pequeno valor, e R$ 1.475.000,00 para amortização e encargos da dívida.

No tocante às demais despesas, embora premidos pela escassez de recursos, informamos que, dentro da realidade fiscal vigente, foram alocados recursos que, no entendimento da Administração Municipal atendem satisfatoriamente as necessidades mais prementes da população, de modo que, após esses esclarecimentos, esperamos ter oferecido as informações necessárias à compreensão da proposta ora submetida à apreciação dessa Casa de Leis.

Salto do Jacuí, 31 de outubro de 2019.

**Claudiomiro Gamst Robinson**

**Prefeito Municipal**